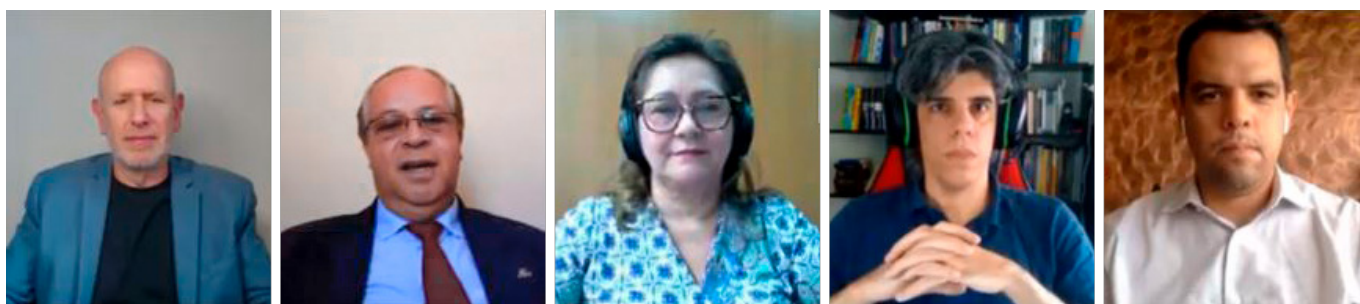


Reforma Administrativa é fiscalista e precariza a prestação do serviço público



A ANFIP realizou mais um debate virtual, na sexta-feira (18/9), para esclarecer os impactos da Reforma Administrativa, apresentada pelo governo (PEC 32/2020). Com o tema “A Reforma Administrativa e o Futuro do Estado”, o evento on-line contou com a participação do presidente Décio Bruno Lopes e da vice-presidente de Assuntos Fiscais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, que receberam Pedro Pontual, presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp), e Marcelino Rodrigues Mendes Filho, presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe).

Décio Lopes expôs a preocupação da ANFIP com a PEC 32/2020 e questionou a finalidade das mudanças pretendidas na administração pública. “Será que precisamos de uma reforma do Estado para contenção de gastos ou precisamos de uma Reforma Administrativa que traga melhores condições de prestação de serviços ou melhores serviços prestados para a sociedade?”

Pedro Pontual, presidente da Anesp, avalia que a PEC 32/2020, do ponto de vista administrativo, gerencial e de gestão, foca somente na parte de Recursos Humanos. “A PEC abre caminho para todo tipo de terceirização ou privatização dos serviços públicos hoje prestados pelo Estado, de maneira gratuita, e não há qualquer tipo de análise do que vai acontecer no médio e longo prazos com a qualidade dos serviços”. Segundo Pontual, a PEC 32/2020, simplesmente, transforma o Regime Jurídico Único (RJU) em um Regime Jurídico Composto, com várias formas de vínculos distintos.

Marcelino Rodrigues Mendes Filho, presidente da Anafe, concorda que a proposta do governo é, essencialmente, fiscal, o que já traz um equívoco em si muito grande. “Quando se fala em Reforma Administrativa, o que se entende é que se buscaria um aperfeiçoamento do Estado, do serviço público que é prestado, não, simplesmente, fazer caixa ou trabalhar sob o ponto de vista de economia de recursos. Na verdade, os números

apresentados [pelo governo] são fantasiosos, não existe um estudo, não existe nada com um mínimo de fundamento sobre esses valores que estão sendo apresentados como propaganda da reforma”, ressalta.

Eucélia Maria Agrizzi Mergár, vice-presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP, alerta que a Reforma Administrativa não pode ser votada sem discussão. “É um tema que teve a sua discussão postergada por meses e que o texto apareceu em meio ao distanciamento natural provocado pelo isolamento social. O encaminhamento da proposta veio de forma sigilosa e urgente. Isso mostra a falta de diálogo entre esse governo e a sociedade”, destaca.

A ANFIP defende que o Estado é essencial, sem o Estado seria a barbárie. É preciso preservar e defender as estruturas da administração pública e os servidores, que atendem as necessidades do Estado na prestação de serviço público a toda a população.

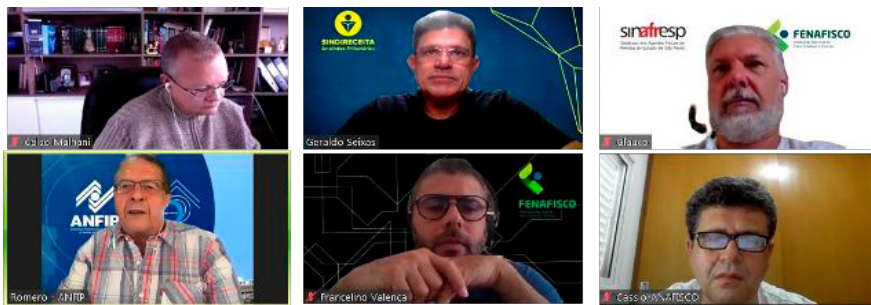
Acesse [AQUI](#) ao debate completo e todas as explicações sobre a Reforma Administrativa.

ANFIP e Grupo Fisco planejam atuação nas reformas
Página 2

Está recebendo os informativos da ANFIP? Veja o que fazer
Página 3

Comissões realizam trabalho intenso durante a semana
Página 5

ANFIP e Grupo Fisco planejam atuação conjunta nas reformas



Dirigentes dos sindicatos e associações que representam os servidores da administração tributária da União, estados, municípios e Distrito Federal se reuniram, virtualmente, na segunda-feira (14/9), para organizar a atuação das entidades nas reformas Administrativa e Tributária.

Na Reforma Tributária, em tramitação no Congresso Nacional, com duas PECs (45/2019 e 110/2019) e o Projeto de Lei (PL) nº 3887/20, a articulação envolve a consolidação da autonomia

da administração tributária, através de emenda já apresentada.

Quanto à Reforma Administrativa, o grupo avalia que deve permanecer atento, buscando a mobilização e a informação sobre os efeitos da PEC 32/2020 para a sociedade e junto às bases representadas, com vistas a evitar perdas de direitos e garantias do funcionalismo.

Ficou deliberado, ainda, a continuidade das reuniões com representantes das entidades, o nivelamento das informações técnicas,

jurídicas e políticas e a articulação com os diversos coletivos que os sindicatos e as associações estão integrados.

O assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Romero, que representou a ANFIP no encontro, entende que “é preciso ficar atento à mobilização dos partidos de centro-direita no Congresso, bem como à possibilidade de reativação do funcionamento da CCJC da Câmara, por onde deve iniciar a tramitação do texto enviado pelo governo”.

Além da ANFIP, estiveram presentes à reunião representantes da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco), Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional).

Nosso Estado: ANFIP e entidades promovem nova série de eventos

Em colaboração com a luta por políticas e serviços públicos de qualidade, será iniciado o evento digital “Nosso Estado”, com a realização de 8 painéis ao vivo, que abordarão o debate a respeito do Estado que a população quer, e que é necessário para suprir as demandas sociais e econômicas do país.

A organização da série, que terá sua agenda divulgada em breve, ocorre

em parceria com a ANFIP, Agência Servidores, Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc), Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) e Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

O evento conta com a participação de

especialistas de diversos campos de políticas públicas e de lideranças do governo, do setor privado e do serviço público.

A ANFIP convida todos a acompanharem mais esta iniciativa, que integra a agenda de trabalhos em defesa de um Estado justo.

Acompanhe os conteúdos e a agenda das transmissões em www.nossoestado.com.br.

Reforma Administrativa – Com que objetivo?

A Reforma Administrativa apresentada pelo governo (PEC 32/2020) altera a Constituição Federal com dois objetivos principais: acabar com o Regime Jurídico Único (RJU) e com o instituto da estabilidade.

Com o fim desses direitos, o governo implementa, no lugar, uma série de

normas que trarão graves consequências a toda sociedade, com a precarização dos serviços prestados, resultado de contratações apadrinhadas, em que o comprometimento com o Estado passará a ser mínimo.

AANFIP é a favor do aperfeiçoamento do serviço público, com reformas que

tragam melhorias na gestão das políticas públicas e dos recursos destinados ao atendimento à população, e que valorize a relação entre Estado e servidores.

Diga não a esta reforma que aniquila os direitos de todos os cidadãos! Confira a campanha da ANFIP em vídeo divulgado [AQUI](#). Compartilhe!

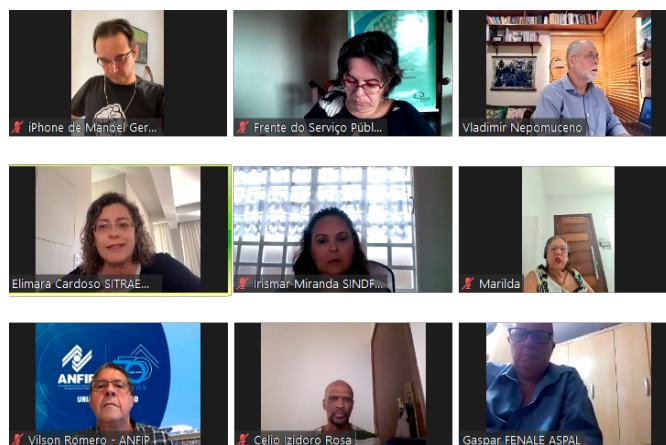
<p>Expediente Linha Direta</p>			
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251.8100 Whatsapp: (61) 98289.5150</p> <p>Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETOR RESPONSÁVEL Benedicto Cerqueira Seba</p> <p>EDITOR Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado e Thayná Cavalcante.</p> <p>ESTAGIÁRIO Marina Rodrigues</p>		<p>EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedicto Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado</p>
 www.instagram.com/anfipnacional	 www.facebook.com/anfip.nacional	 www.twitter.com/anfipnacional	 www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP e Frente do Serviço Público preparam ações contra a Reforma Administrativa

Em reunião na segunda-feira (14/9), coordenada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público debateu a atuação conjunta das entidades na Reforma Administrativa.

Vladimir Nepomuceno, consultor político, apresentou uma análise geral da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa). Segundo o consultor, o objetivo da proposta não é atingir apenas o servidor público, mas a população de maneira geral, pois, segundo ele, os eixos centrais do projeto são a substituição do Estado por serviços privados e o encerramento de diversas atividades e serviços públicos, trazendo danos aos servidores e consequentemente à sociedade.

Vilson Romero destacou a importância de promover mobilizações efetivas para que haja diálogo com a sociedade sobre os efeitos da referida PEC. O assessor frisou que, caso seja aprovada definitivamente, causará a precarização do serviço público e o loteamento do Estado brasileiro.



“Nós temos que estar preparados, precisamos redigir emendas para lutar contra essa PEC”, completou.

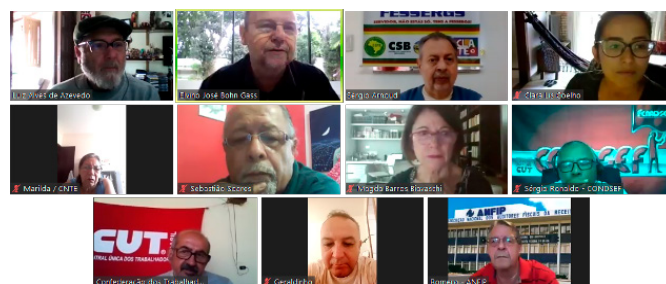
Durante a reunião, os representantes das entidades discutiram ainda mobilização com campanhas nas redes sociais que serão definidas no próximo encontro do grupo dia 28 de setembro.

ANFIP se integra à Jornada Unitária em Defesa dos Serviços Públicos

A Comissão da Jornada Unitária em Defesa dos Serviços Públicos, que se mobiliza contra a Reforma Administrativa apresentada pelo governo federal, realizou reunião na terça-feira (15/9). O grupo está estabelecendo conexões com novas associações, sindicatos, Câmaras de Vereadores, e outras organizações, a fim de ampliar o alcance e fortalecer a articulação das atividades.

A ANFIP participou da videoconferência, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. Segundo ele, é importante congregiar os movimentos sociais em torno da defesa do Estado brasileiro e dos direitos e conquistas dos servidores públicos.

A próxima reunião da Comissão será no dia 21 de setembro, para finalizar os últimos detalhes para o II



Seminário Nacional virtual da Jornada, que reunirá todas as entidades participantes no dia 24 de setembro. O tema do evento será “As privatizações, a desnacionalização do patrimônio público e das riquezas nacionais”, com debate marcado para as 18h.

Está recebendo os informativos da ANFIP? Se a resposta for negativa, veja o que fazer

A ANFIP envia diariamente aos e-mails cadastrados pelos associados o Boletim Diário com notícias de todas as atividades do dia da Associação, andamento das ações judiciais, estudos realizados, eventos agendados e tudo que é produzido pelas vice-presidências. O mesmo material é enviado via whatsapp, para aqueles associados que solicitaram o recebimento do boletim ANFIP Hoje.

Se você, associado, não está recebendo o Boletim Diário, confirme seu e-mail em comunicacao@anfip.org.br. Há casos em

que o envio está sendo feito, porém o material está chegando na caixa de spam. Neste caso, o associado precisa marcar o boletim como “Não é Spam”, assim ele retorna para a caixa de entrada.

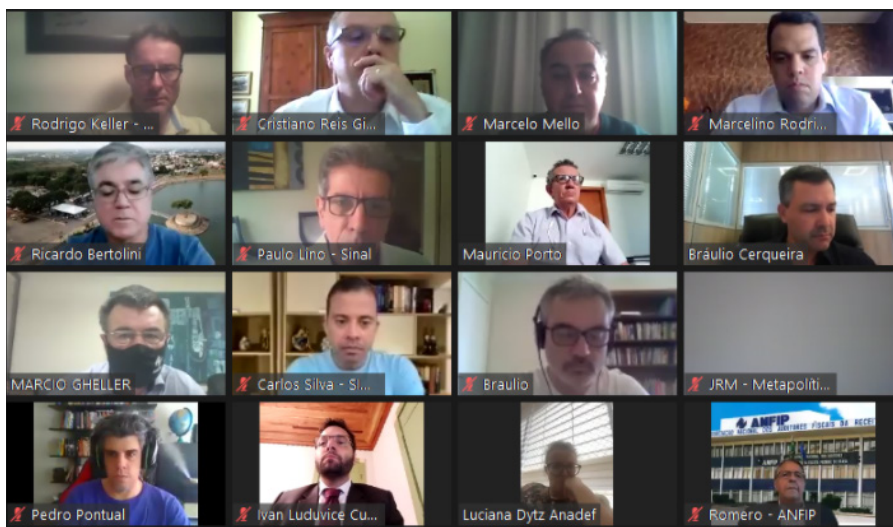
E aqueles que ainda não recebem as informações via whatsapp, devem salvar o número da Comunicação ANFIP (61) 98289-5150 e enviar uma mensagem com o nome completo e a indicação de que gostaria de receber o material. Seu contato será salvo na lista de transmissão do ANFIP Hoje, que também é um boletim diário.



ANFIP e Fonacate discutem estratégias de enfrentamento à PEC 32/20

Em assembleia geral realizada na terça-feira (15/9), as entidades integrantes do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) debateram estratégias de enfrentamento à PEC 32/20 (Reforma Administrativa). Pela ANFIP, participaram do encontro virtual o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Abrindo a reunião, Rudinei Marques, presidente do Fórum, apresentou alguns pontos observados na reunião realizada com o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia, Wagner Lenhart, e com Cléber Izzo, diretor de Relações de Trabalho no Serviço Público, citando os impactos da Reforma para o serviço público e para a sociedade. “Nós entendemos que a PEC atinge a todos, e não apenas os novos servidores”, destacou.



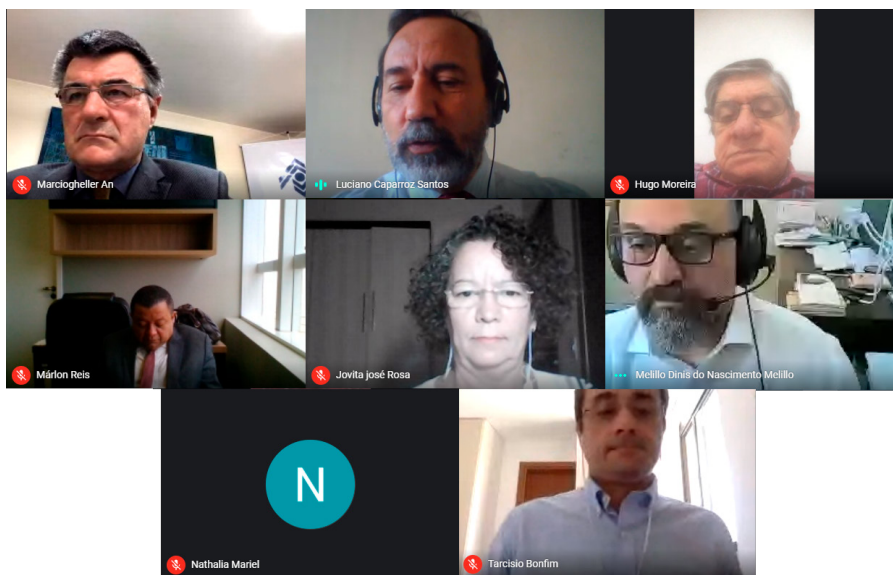
Jorge Ramos Mizael, consultor político, apresentou um panorama geral da situação da PEC. Para o consultor, o cenário atual é muito diferente da apresentação da Reforma da Previdência e dificulta a mobilização das entidades, pois atualmente as reuniões são remotas e as comissões não estão estabelecidas.

Ao abordar o tema, Vilson Romero destacou a atuação rápida do Fórum: “o Fonacate se antecipou ao início da tramitação da Reforma Administrativa na Câmara e já avalia as diversas estratégias no âmbito parlamentar e de mídia para o enfrentamento da proposta que fragiliza o serviço público”.

ANFIP participa de reunião mensal do MCCE

O vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, participou de mais uma reunião mensal do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), na quarta-feira (16/9), em conjunto com as demais entidades que integram o movimento. Em pauta, os Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político no Brasil, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, a Lei da Ficha Limpa e as Eleições 2020, além dos projetos gerais em andamento, como o Programa Democracia Digital.

Márcio Gheller se mostrou favorável à discussão do grupo, sobretudo acerca da intenção do MCCE de atuar no campo Legislativo, visando “constranger” os políticos que descumprirem a Lei da Ficha Limpa e expor a corrupção eleitoral nas eleições municipais deste ano, mesmo com todos os transtornos decorrentes da pandemia do novo coronavírus.



A ANFIP participa da mobilização dos brasileiros. Além disso, presta apoio a outras prioridades da rede MCCE, como o atingimento de maior representatividade de mulheres, indígenas e negros no ambiente eleitoral, reduzindo a sub-representação das minorias na política.

dos brasileiros. Além disso, presta apoio a outras prioridades da rede MCCE, como o atingimento de maior representatividade de mulheres, indígenas e negros no ambiente eleitoral, reduzindo a sub-representação das minorias na política.

COMISSÕES

Comissão ANFIP do Futuro retoma andamento do projeto

A ANFIP retomou na segunda-feira (14/9) os trabalhos para o andamento do projeto ANFIP do Futuro, que, em 2018, iniciou a unificação da nomenclatura e das marcas das associações estaduais com a Entidade nacional. Os participantes definiram o que fazer e nos próximos encontros debaterão como fazer para que a ANFIP institua os passos necessários para a unificação.

Para isso, a Comissão ANFIP do Futuro, formada por integrantes do Conselho Executivo, do Conselho de Representantes e por associados, se reuniu e aprovou a formação de grupos de trabalho para analisar detalhadamente os tópicos levantados na reunião. Entre os pontos sugeridos, estão: incrementar ações de marketing interno e externo, necessidade de unificação da marca, redefinir o novo modelo, unificação das mensalidades e necessidade da melhoria das ações políticas.

Participaram da reunião os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Carlos Alberto de Souza (Planejamento



e Controle Orçamentário) e Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais). Pelo Conselho de Representantes esteve presente Leila Sousa de Barros Signorelli de Andrade, do Rio de Janeiro. Como associados participaram Floriano José Martins (SC), Carlos José de Castro (GO), Léa Pereira de Mattos (DF) e Ercília Leitão Bernardo (CE).

Comissão de Reforma Estatutária realiza reunião virtual

Dando continuidade à análise do Estatuto da ANFIP, a Comissão de Reforma Estatutária realizou, na quarta-feira (16/9), reunião destinada a formular e discutir propostas de alterações em seu conteúdo.

A nova redação será apresentada para deliberação na XXVIII Convenção Nacional, prevista para acontecer em setembro de 2021.

Participaram do encontro virtual as vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), a integrante do Conselho de Representantes, Isabel Nascimento Elias Pereira (MS), a integrante do Conselho Fiscal, Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão (GO), e a associada Misma Rosa Suhett (ES).



Comissão do Regulamento Eleitoral prossegue análise de documento

A Comissão conjunta do Regulamento Eleitoral da ANFIP se reuniu, na quinta-feira (17/9), para dar continuidade ao trabalho de adequação do texto das normas que regem os processos eleitorais da Entidade.

A reunião foi destinada a formular e discutir propostas de alterações na redação do Regulamento Eleitoral. A versão final do documento será aprovada em reunião conjunta dos Conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal, a ser realizada em dezembro deste ano.

Participaram da reunião Eucélia Maria Agrizzi Mergár, vice-presidente de Assuntos Fiscais (coordenadora); Tereza Liduína Santiago Félix, vice-presidente de Aposentadorias e Pensões; e Benedito Cerqueira Seba, vice-presidente de Comunicação Social.



Agafisp recebe treinamento do Sigepe

Os funcionários da Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, a Agafisp, receberam treinamento sobre o funcionamento do sistema Sigepe (Sistema de Gestão de Pessoas do governo federal), para que possam auxiliar os associados que tenham dificuldade no acesso informatizado às informações funcionais.

A Agafisp agradece ao superintendente regional de Administração no Estado do RS, Richardi Fonseca, e ao agente administrativo da Secretaria de Gestão Corporativa, Ari Fernandes Junior, pela oportunidade de aprendizado.

Revolução Farroupilha – O Rio Grande do Sul comemora, em 20 de setembro, o Dia da Revolução Farroupilha. Como demonstração de respeito a tão importante data, a Agafisp faz a seguinte homenagem:



Se você bate no peito e diz “eu sou gaúcho”, é porque você conhece suas origens.

É diferente com pessoas que não tem essas heranças.

Não podem bater no peito e dizer “sou gaúcho”.

Não, você é rio-grandense.

Nasceu no Rio Grande do Sul. Gaúcho é um estado de espírito, não é nascer, é querer ser!

(Paixão Cortes - ícone da tradição gaúcha)